

ATA DA 145ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM ABRIL/2022.

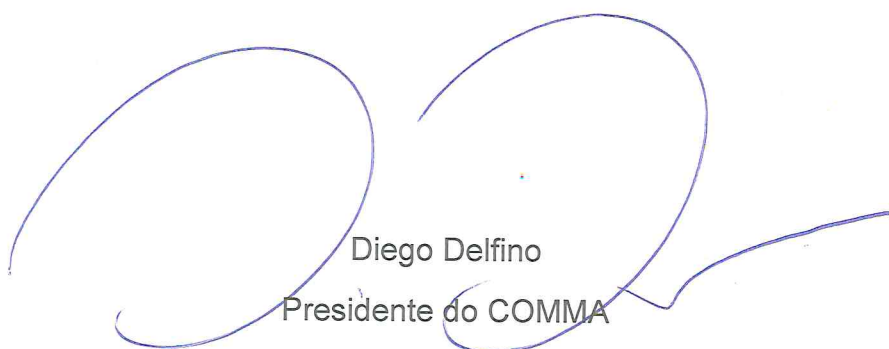
Aos vinte e seis do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às nove horas, em regime remoto (vídeo conferência), através da plataforma Skype, sob a Presidência do Sr. Diego Delfino (Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA), reuniram-se os conselheiros Eduardo Vasconcelos (CAGEPAR), Eloir Martins Júnior (ACIAP), Emilson Kopp (COPEL), Norberto André J. Neto (SEMUR), Ismael Dino Kuba (POLICIA AMBIENTAL), Edemir Ferreira (SOCIEDADE CIVIL), José Roberto Caetano Rocha (UNESPAR), Josiane Bittencourt Da Conceição (IAT). Da equipe técnica da SEMMA, estava a Eng. Ambiental Camila Nascimento, o Eng. Vinicius Higashi a fim de discutir a pauta estabelecida referente à Convocação da reunião ordinária, composta dos seguintes assuntos: **1. Processo 15736/2021: Fortesolo Serviço Integrados S.A. – Solicita TAP; 2. Processo 26072/2020: Central – Operações Portuárias Ltda. – Solicita TAP; 3. Processo 36335/2021: Roney Jose Toledo Fuscolin. – Solicita TAP; 4. Assuntos Gerais.** O Sr. Presidente, após verificar o quórum mínimo, deu início a reunião passando a palavra ao Eng. Vinicius que passou então ao **item 1, “Processo 15736/2021: Fortesolo Serviço Integrados S.A. – Solicita TAP”**. Trata-se de solicitação de Termo de Anuência Prévia (TAP) formulado pela empresa FORTESOLO SERVIÇO INTEGRADOS S. A. para as atividades de armazenamento de fertilizantes e demais estruturas de suporte dessa atividade, porém, sem especificação exata de quais seriam essas atividades; após a apresentação do resumo processual o Sr. Presidente passou a palavra aos conselheiros para manifestação sobre a presente solicitação, oportunidade na qual o conselheiro José Roberto questionou quanto a questão jurídica que foi pontuada no processo como uma questão que a partir de agora não interfere na emissão do TAP; em resposta, o Eng. Vinicius esclareceu que foi acatado pelo jurídico da prefeitura o argumento da empresa e que para fins de TAP não é mais necessário a apresentação desse documento (certidão negativa de débitos); em seguida, a conselheira Josiane questiona quanto a preservação da lagoa que existe dentro do terreno do empreendimento, ao que o Eng. Vinicius esclarece que não foi feita uma vistoria no local; ato contínuo a conselheira Josiane informa que esse empreendimento já foi alvo de multa tanto pelo IAT quanto pelo IBAMA, e que não se sabe como está a situação do empreendimento quanto ao ministério público, se há ou não alguma demanda judicial, e sugere, nessa perspectiva, uma vistoria para observar se foi ou não preservada a APP da lagoa; em seguida o Eng. Vinicius ainda menciona que no processo não há informações sobre autos de infração ou ações do MP; ato contínuo o conselheiro José Roberto volta a falar e comenta que talvez por esse motivo foi pedido para que fosse retirado o item da resolução de COMMA quanto a necessidade da certidão negativa de débitos; em seguida a conselheira Josiane reitera que essa área já foi multada tanto pelo IAT quanto pelo IBAMA, e que não sabe como está no MP, se tem ação civil ou se foi preservada a lagoa; nesse contexto, a conselheira ainda sugere que seja feita uma vistoria para que seja averiguada essa questão. Após essa sugestão o Sr. Presidente questiona o Eng. Vinicius sobre a necessidade dessa vistoria para fins de emissão do TAP e qual o impacto dessa vistoria; ao que o Eng. responde que ele se atenta ao rol de documentações exigidas para o TAP, que é exigida pela resolução criada pelo conselho, e que muito raramente são realizadas vistorias para fins de TAP, e que junto com a fiscalização são levantadas as informações sobre existências de autos de infração de cunho ambiental. O Sr. Presidente então questionou que se não há necessidade de uma vistoria, essa então não poderia mudar a análise técnica do setor técnico da prefeitura. O Eng. ainda esclarece que se fosse realizada uma vistoria e fosse constatado algum problema, o técnico poderia sim mudar o seu parecer. Depois dessa discussão a conselheira Josiane sugere que todo processo de TAP deve ser vistoriado antes de trazer o processo à reunião do conselho, na medida que pode estar sendo liberado o TAP para algum empreendimento com irregularidades. O Eng. ainda esclarece que a visita pode mudar o parecer do técnico que analisou o processo e ainda esclarece que se for o desejo do conselho que seja feita essa vistoria, que esse procedimento seja objeto de regulamentação por meio de Resolução do COMMA, a fim de que não fique somente como uma mera sugestão, mas sim como uma formalidade legalmente exigível para que o técnico não se sinta desamparado perante uma exigência que não consta legalmente para a emissão do TAP. Acrescenta, ainda, que se feita uma



vistoria e for constatada alguma irregularidade será relatado no parecer técnico. O conselheiro José Roberto fala que a mera análise documental não é a mesma coisa que ter um técnico presente vistoriando o local. Em seguida o conselheiro Eduardo esclareceu que pelo seu entendimento o TAP é apenas uma anuência previa, e que o licenciamento de fato será realizado por outro órgão, e que o TAP não vai impedir que no futuro esse empreendimento não seja inviabilizado pelo órgão licenciador, e que o conselheiro entende tudo isso como uma simples autorização prévia, e que por isso deve ser mais documental mesmo. A conselheira Josiane ainda volta a dizer que através do COMMA há a oportunidade de fazer com que o processo chegue ao IAT da forma correta, que é uma forma de tirar todas as dúvidas dela na reunião. O Sr. Presidente, concordando com a fala do conselheiro Eduardo, diz que o que é feito pela SEMMA é realmente uma análise documental, e que pelo que o Eng. Vinícius já mencionou, as vistorias não são de praxe durante essas análises. E mais, quanto a questão jurídica mencionada pelo Conselheiro José Roberto, foi entendido pela PROGEM que a cobrança feita pela SEMMA era uma cobrança indevida, eis que “cobranças transversas” são vedadas pela legislação. Após todas as manifestações e esclarecimentos apresentados, o Sr. Presidente passou para a fase de deliberação sobre o TAP objeto de análise, o qual foi aprovado pela sua emissão nos termos do parecer técnico pelos seguintes conselheiros: Eduardo Vasconcelos (CAGEPAR), Eloir Martins Júnior (ACIAP), Emilson Kopp (COPEL), Norberto André J. Neto (SEMUR), Ismael Dino Kuba (POLICIA AMBIENTAL), Edemir Ferreira (SOCIEDADE CIVIL) e negada pelos conselheiros José Roberto Caetano Rocha (UNESPAR), Josiane Bittencourt Da Conceição (IAT). E assim passou-se ao **Item 2 “Processo 26072/2020: Central – Operações Portuárias Ltda. – Solicita TAP”**. A Eng. Camila passou a apresentação da síntese processual do requerimento de TAP pela Central Operações Portuárias Ltda., localizada na Rua Comendador Correia Júnior, nº747, para a atividade de Armazenamento de Granéis sólidos. Após a apresentação documental o Sr. Presidente passou a palavra para os Conselheiros se manifestarem, ao que o conselheiro José Roberto questiona se os fiscais municipais conseguiram entrar ou não no empreendimento, sendo respondido pela Eng. Camila que a divisão de fiscalização do urbanismo não fez a vistoria do lado de dentro do empreendimento, mas tão somente pela área externa; em seguida a conselheira Josiane esclarece que o carregamento e descarregamento não são feito do modo certo, pois o caminhão não entra no armazém, e que por isso não foi permitida a emissão do TAP para esse empreendimento; houve, inclusive, uma denúncia do ministério público sobre a operação do armazém, em especial sobre a poeira que estava produzindo, e por fim, a conselheira fala sobre a falta de uma balança rodoviária; ato contínuo a Eng. Camila respondeu e sugeriu que fosse colocada como condicionante a proibição da carga e descarga em via pública, e ainda esclareceu que sobre a balança rodoviária não sabe se é uma atribuição da SEMMA exigir esse equipamento; e que na CZUOS não houve indicação para EIV, e por isso são poucos os instrumentos que a municipalidade tem para exigir melhorias na infraestrutura desse empreendimento. A conselheira Josiane ainda expressa que não deveria ser feita a carga e descarga com produtos a granel nesse empreendimento, por não caber o caminhão dentro do empreendimento, fato esse já comprovado pela vistoria feita pelo IAT, razão pela qual já se manifesta contra a aprovação da emissão do TAP para graneis, sendo viável somente produtos ensacados. Após todas as considerações e discussões do conselho, o Sr. Presidente passou para a fase de deliberação do TAP objeto de análise, o qual foi negado a emissão do TAP nos termos do parecer técnico pelos seguintes conselheiros: Eduardo Vasconcelos (CAGEPAR), Eloir Martins Júnior (ACIAP), Emilson Kopp (COPEL), Norberto André J. Neto (SEMUR), Ismael Dino Kuba (POLICIA AMBIENTAL), Edemir Ferreira (SOCIEDADE CIVIL), José Roberto Caetano Rocha (UNESPAR) e Josiane Bittencourt Da Conceição (IAT). E assim passou-se ao **Item 3, “Processo 36335/2021: Roney Jose Toledo Fuscolin. – Solicita TAP”**. Trata-se de requerimento de Termo de Anuência Prévia formulado pela Chácara dos Irmãos Toledo ou Roney José Toledo Fuscolin, para atividade silvopastoris ou granja, na Rua Nicolau Pereira, sem número, Rio das Pedras, Alexandra. Após a apresentação do resumo processual, foi passada a palavra para manifestação dos Conselheiros; nesse contexto, a conselheira Josiane questiona quanto à disposição das aves em vegetação considerada em estágio médio e avançado de regeneração e sobre as quedas de árvores que foi relatado no processo, e ainda esclarece que sobre a vegetação em regeneração não deve ocorrer



interferência, e que se as aves estiverem no local interferirá negativamente no processo de regeneração da vegetação. A Eng. Camila esclarece que as aves não ficarão em local de mata fechada ou na própria Reserva Legal, e que ainda foi aconselhado a fazer algum tipo de cerca para evitar o contato das aves com esses locais; que as aves irão ficar em área que já tem algum tipo de alteração, não havendo necessidade de remoção de árvores. Após a fala da Eng. Camila, a Eng. Mercedes pediu a palavra e informou que, segundo o zoneamento do município, a área onde o empreendimento se encontra é zona Agrosilvopastoril, que é próprio para esse tipo de atividade; ademais, informou que como condicionante do TAP foi recomendado ao Requerente que o mesmo deverá procurar o órgão ambiental estadual para promover o licenciamento ambiental da atividade, em especial pelo fato de ocorrer a interferência em vegetação nativa. Após a discussão foi passado para a deliberação do conselho, onde foi aprovada pelos seguintes conselheiros: Eduardo Vasconcelos (CAGEPAR), Eloir Martins Júnior (ACIAP), Emilson Kopp (COPEL), Norberto André J. Neto (SEMUR), Ismael Dino Kuba (POLICIA AMBIENTAL), Edemir Ferreira (SOCIEDADE CIVIL), José Roberto Caetano Rocha (UNESPAR), Josiane Bittencourt Da Conceição (IAT) a emissão do TAP nos termos do parecer técnico. E assim avançou-se ao **Item 4, "Assuntos Gerais"**.



Diego Delfino
Presidente do COMMA